

TRÊS POLÊMICAS COM HAYDEN WHITE

Msc. Rodrigo Oliveira Marquez;
Instituto Federal de Goiás (IFG);
E-mail: rodrigomarquezz@hotmail.com

RESUMO

O artigo apresenta três debates que Hayden White travou com alguns dos seus muitos críticos: Arthur Marvick, George Iggers e Dirk Moses. Marvick classifica Hayden White como *pós-modernista historiográfico* (no sentido de que ele compartilha a posição epistemológica de que a historiografia não é uma ciência) e *metafísico* (no sentido de que em seu Meta-história White desenvolve uma metodologia totalizante e redutiva a partir da qual pretende dar conta da essência dos estudos históricos.) George Iggers concentra suas críticas a Hayden White a partir da confiança numa categoria de Droysen para conceber o valor cultural e epistemológico do conhecimento historiográfico — chamada *wissenschaftlich*, essencial para distinguir historiografia e literatura. Dirk Moses sustenta que as concepções de White acerca da “História-processo” (sublime) e da “história-conhecimento” (retórica tropológica) legitima mitos étnicos e nacionais, autorizando que determinados grupos sociais reelaborem seu passado para justificar ataques genocidas contra outros grupos de constituição identitária diferente.

Palavras-Chave: Polêmicas; Hayden White; Críticos

ABSTRACT

The article presents four debates that Hayden White had with some of his many critics: Arthur Marvick, George Iggers and Dirk Moses. Arthur Marvick classified Hayden White as *postmodernist historiography* (in the sense that he shares the epistemological position that historiography is not a science) and *metaphysics* (in the sense that in their meta-story White develops a totalizing and reductive methodology from they seek to embrace the essence of historical studies. George Iggers concentrated their criticism of Hayden White from the trust in a category of Droysen to design the cultural value of knowledge historiographical and epistemological - call *wissenschaftlich*, essential to differentiate historiography and literature. Dirk Moses argues that the conceptions of White's "History-process" (sublime) and "history-knowledge" (rhetorical tropological) legitimizes ethnic and national myths, allowing some groups to rethink their social past to justify genocidal attacks against other groups identity constitution different.

Keywords: Controversy, Hayden White; Critics

Introdução

A relação entre o desenvolvimento dos trabalhos de Hayden White, posteriores a data de publicação do *Meta-História* (1973), e as reações críticas que são despertadas em diferentes autores ao longo de mais de quarenta anos permanece ambígua. Ao passo que Wulf Kansteiner vê a coletânea de ensaios reunidos em *Trópicos do Discurso* (1978), *O Conteúdo da Forma* (1986) e *Realismo Figural* (1999) como respostas às diferentes críticas que lhe foram anteriormente destinadas, Richard Vann afirma exatamente o contrário, isto é, que White trabalhou posteriormente ao *Meta-História* com grande independência em relação ao modo como seus escritos eram recebidos por historiadores e críticos literários.

A ênfase de Kansteiner na interdependência entre os trabalhos de White e as críticas que lhe foram dirigidas confere a estas um poder desestabilizador dos seus pontos de vista inicialmente enunciados em seu ensaio de 1966, *O Fardo da História*, e estabelecidos em 1973 no *Meta-história*, encontrando nas respostas de White uma tentativa mal sucedida de opor-se a elas, no sentido de sua incapacidade de propor alternativas coerentes às suas afirmações iniciais sem cair em *contradições*. Por outro lado, Vann não acredita que os escritos posteriores a 1973 são incoerentes ou contraditórios com as suas afirmações e pontos de vistas apresentados no *Meta-história*, mas que eles estão marcados por uma continuidade constituída pela elaboração de sucessivas *paráfrases* dispersadas nesses diferentes trabalhos. Esses pontos de vista e afirmações que estão sob avaliação de Kansteiner e Vann dizem respeito, fundamentalmente, a concepção de White da escrita historiográfica, de um modo geral, e as implicações dessa concepção para o problema da verdade na historiografia, em especial.

Wulf Kansteiner publicou o seu artigo sobre Hayden White em 1993 e, constatadas as contradições em seus diferentes trabalhos, sugeriu que White reformulasse o quanto antes, e sistematicamente, os pontos de vista incoerentemente dispersados nos seus trabalhos publicados após o *Meta-História*. Richard Van, por sua vez, publicou o seu artigo em 1998, e constatadas alterações não tanto de suas teses fundamentais a respeito da escrita historiográfica como de seus interesses temáticos a respeito dela, sugeriu não à White, mas aos seus críticos, que abandonassem a obsessão com o *Meta-História* e dessem mais atenção aos novos temas – como, por exemplo, a

importância da ideologia na narrativa histórica, a defesa do sublime histórico, e a escrita na voz média como meio alternativo e adequado de representação dos chamados eventos modernistas.

Não independente dessa ambigüidade acerca do modo de interpretar o desdobramento dos escritos de White a partir do bombardeio crítico lançado ao Meta-História, seja como alteração incoerente e contraditória de seus pontos de vista originais, seja como manutenção parafraseada deles, fato inconteste é que algumas críticas de alguns poucos críticos obtiveram resposta direta de White e tomaram a forma de verdadeiras polêmicas. Toma-se polêmica, aqui, no sentido comum do termo: um debate travado *diretamente* entre dois interlocutores motivados por divergências a respeito de um mesmo assunto. Como interlocução não somente divergente, mas, sobretudo, direta entre os envolvidos na discussão, não se supõe, por exemplo, que Carlo Ginzburg polemizou com Hayden White, pois os ataques do primeiro, mesmo que explícitos, nunca obtiveram resposta direta do segundo, ou seja, uma *réplica*. Entre Ginzburg e White há divergências, não polêmica. Por outro lado, Arthur Marvick, George Iggers e Dirk Moses podem ser classificados no grupo dos críticos de Hayden White que polemizaram com ele, por isso a escolha do título desse artigo. À medida que esses debates travados diretamente retrocedem a críticas diversas feitas à White por outros autores e em tempos diferentes nas décadas de 70, 80 e 90, eles representam boa ocasião para testar as abordagens díspares de Wulf Kansteiner e Richard Vann sumariadas acima.

1. Arthur Marvick x Hayden White (1995)

As críticas de Arthur Marvick à Hayden White estão assentadas no contraste entre o que, segundo ele, os *pós-modernistas* e *metafísicos* dizem que os historiadores fazem e o que eles realmente fazem (MARVICK, 1995, p. 5). O que os pós-modernistas dizem a respeito do trabalho historiográfico é representado no artigo, dentre outros, por Hayden White, e a realidade desse trabalho tem por representante e defensor as afirmações do próprio Marvick.

Com o intuito de separar o trabalho real dos historiadores das mistificações pós-modernistas e metafísicas, Marvick leva em conta dois problemas cujas soluções

fornece o delineamento daquilo que realmente fazem os historiadores quando fazem história: 1) *o problema da linguagem*, especificado como a relação tensa e problemática, mas perfeitamente solúvel, entre as fontes primárias da documentação e a escrita historiográfica com base nelas. Trata-se do problema da referência ao passado por intermédio das fontes históricas; 2) *o problema da disciplina da história*, especificado no fato de ela ser uma atividade profissional autônoma, reconhecida como uma instituição constituída por pesquisadores que seguem convenções normativas próprias de investigação. Através da solução oferecida ao primeiro problema, Marvick procura combater o *Hayden White pós-modernista*, e pela concepção da história como uma disciplina, ele combate o *Hayden White metafísico*.

O que Arthur Marvick denomina “o problema da linguagem” nos estudos históricos é colocado (apenas) na perspectiva da natureza potencialmente ambígua da terminologia usada em historiografia, e do diagnóstico para evitar os múltiplos significados no uso de um mesmo termo no decorrer da escrita historiográfica acerca de um tema. De um modo geral, Marvick pretende remediar esse problema pela transformação de figuras em conceitos, de termos passíveis de desvios de um lado para outro em sua significação pela determinação precisa dos seus significados. Ele reconhece que termos como “ideologia”, “classe social”, “o estado”, “cultura”, e “história” são bastante conhecidos e empregados em mais de um sentido. No entanto, Marvick fornece *uma* regra para determinar precisamente o significado dos termos usados em historiografia: cumpre a historiografia esclarecer e precisar, o quanto for possível, em qual dos possíveis significados o termo é empregado na escrita. O esclarecimento e precisão são feitos com base na indicação e identificação do termo nas fontes primárias, procurando evitar qualquer deslizamento ou desvio em direção a outro possível significado para eles no decorrer da escrita descritivo-narrativa. Esta é a regra. Contudo, Marvick reconhece o uso inevitável de metáforas na escrita historiográfica, tais como “forças”, “fatores”, “herança”. No entanto, apesar da imprecisão (por abrangência) do significado desses termos, não é preciso contorná-los ou extirpá-los do discurso, pois, outra vez, a regra é a mesma e se aplica com a mesma eficácia: apontar (por identificação) nas fontes primárias a sua fundamentação empírica e controlar autoconscientemente o seu limite (circunscrição) referencial na linguagem.

O uso de figuras de linguagem na escrita historiográfica é bastante usual, diz Marvick. Elas aparecem em títulos de livros, capítulos e sessões de capítulos, e a historiografia vale-se delas tanto para iluminar alguma noção no texto quanto para dar força particular a um determinado ponto de vista ou argumento. Mas consideradas como um *ornatus* (ornamento) do pensamento argumentativo assentado em dados empíricos é inaceitável, de acordo com Marvick, o uso da retórica com a intenção de encobrir buracos das fontes históricas e defeitos nos argumentos.¹ Esse intuito dos pós-modernistas — conseqüentemente o de Hayden White — não tem consciência de que as produções historiográficas não são produções auto-estabelecidas e auto-reconhecidas somente por seus autores, mas depende inteiramente da avaliação e julgamento crítico de outros profissionais, papel muitas vezes desempenhado com ferocidade, segundo Marvick (MARVICK, 1995, p. 7).

A vigilância recíproca entre o que os historiadores profissionais escrevem, com base nas fontes primárias, estabelece a continuidade entre as duas conhecidas fases cognitivas do trabalho historiográfico: a pesquisa histórica e a escrita histórica. Ninguém pode dizer qualquer coisa a respeito do passado porque a escrita de um historiador é certificada por outros a partir das evidências históricas que subsistem no presente e são igualmente acessíveis aos profissionais da área em questão. Nesse sentido, diferentemente do que os pós-modernistas afirmam, a pesquisa histórica e a escrita histórica não são duas atividades isoladas, mas constituem um processo interativo e integrado, cuja continuidade é atestada pelas sucessivas correções, adições, subtrações, refinamentos e refutações recíprocas entre os próprios historiadores a respeito dos seus escritos relativos a um tema específico. A circunstância de os escritos históricos de diferentes historiadores estarem submetidos ao exame minucioso dos seus pares profissionais torna possível escrever precisa e verdadeiramente a respeito de temas historiográficos.

O que é, portanto, a história dos historiadores? — pergunta Marvick (MARVICK, 1995, p. 11). Um paralelo traçado entre a história e as ciências naturais justifica não só a diferença entre a historiografia profissional e as abordagens metafísicas da História (como supostamente faz Hayden White em seu Meta-História), mas também a sua cientificidade. O objeto da investigação historiográfica, o passado humano, refere-se a

¹ É preciso que se tenha em conta que a retórica, tal como concebe Hayden White, não tem absolutamente nada a ver com *ornamentação* da escrita.

todos os eventos, instituições e valores que existiram antes do tempo presente, bem como a relação entre eles. Sua existência é assegurada pelo contato com parentes mais velhos, fotografias e museus que permitem deduzir a certeza de que pessoas, instituições e sociedades passadas realmente existiram.

Ao assegurar a realidade do objeto da história, Marvick faz as seguintes comparações entre o conhecimento histórico e as ciências naturais: a) o conhecimento do passado nos chega através do trabalho dos historiadores, do mesmo modo que o conhecimento do mundo natural nos chega através do trabalho dos cientistas; b) os historiadores podem investigar e escrever sobre as sociedades passadas somente a partir de vestígios e traços deixados por tais sociedades (fontes primárias), do mesmo modo que os cientistas naturais somente podem explicar os fenômenos da natureza a partir de observação e experimentação; c) o corpo de conhecimento que se origina das investigações da natureza revela diferentes aspectos do mundo natural (aspectos físicos, químicos, biológicos) tal como eles são conhecidos através das pesquisas dos cientistas (pois não se tem outra maneira de conhecê-los), e a história, igualmente, é o estudo dos aspectos passado humano (religião, política, economia, direito) através do estudo sistemático das fontes primárias, e o conhecimento originado dessa investigação é o passado humano tal como é conhecido pelos historiadores² (MARVICK, 1995, p.12).

A propósito de uma atividade profissional autônoma, ou instituição com regimento e convenções próprias de investigação, Marvick distingue entre a investigação metódica de aspectos delimitados do passado humano, conduzida por pesquisa empírica sistemática das fontes históricas, e as investigações e conclusões especulativas sobre a história, baseadas na assunção prévia do que a história é: um conjunto de processos materialmente existentes, conectado por relações e forças poderosas que ligam o passado, o presente e o futuro (numa unidade sintética a priori). No primeiro caso, tem-se abordagem da História pelos historiadores profissionais, no segundo caso, uma abordagem metafísica dos estudos históricos, elaborada por filósofos da história e críticos literários (entende-se aqui, a abordagem de Hayden White no Meta-História). Assim, White é um metafísico, não por que pretende ter descoberto a essência ou natureza do *passado* em seu Meta-História (como Ankersmit interpreta a crítica de

² É quase desnecessário observar que as três analogias de Arthur Marvick entre ciência natural e história são excessivamente *gerais* e que, por essa razão, elas não dizem nada a respeito da cientificidade da história como disciplina especificamente acadêmica.

Marvick),³ mas, analogamente, por ter desvelado a natureza ou essência dos *estudos históricos* pela apresentação de quatro princípios poéticos (metáfora, metonímia, sinédoque e ironia) correspondentes a três diferentes estratégias explicativas (enredamento, argumentação e ideologia) empregadas pelos historiadores: os pós-modernistas como Hayden White têm uma metodologia totalizante aplicável a todos os textos (fontes primárias, secundárias, prosas e poesias) (MARVICK, 1995, p. 13). Nisso parece consistir o vínculo entre pós-modernistas e filósofos metafísicos da história, como concebe Marvick.

A historiografia lida com fatos, e *o que* é um fato ou não tem de ser estabelecido a partir da pesquisa meticulosa das fontes. Mas o que é um fato, para Marvick? Ele somente dá exemplos: a Segunda Grande Guerra Mundial é um fato, e o Renascimento também. Ambos contêm uma infinidade de outros fatos menores e de diferentes ordens de importância e significação. O que os historiadores observam no material das fontes, o que eles analisam e comparam são eventos, maiores ou menores, suas datas e cronologia; mas também interconexões entre eles. Não se trata de primeiro estabelecer os “eventos” *separadamente* das operações de interconexão entre eles, *narrativizando-os* depois, como pensa Hayden White: o estabelecimento dos eventos e as suas conexões estão imbricados na pesquisa empírica das fontes (MARVICK, 1995, p.21). Para Marvick, como White é um metafísico, ele não faz distinções e pretende reunir as duas operações básicas dos estudos históricos, *pesquisa* e *escrita*, dentro de poucas noções, por isso desconsidera as diferenças consideráveis entre história e literatura (MARVICK, 1995, p.24).

A resposta de Hayden White consiste em: 1) uma sucinta definição do que entende por meta-história, com intuito de se defender da acusação de metafísico ou de ter uma filosofia da história (seja em sentido especulativo ou no sentido de defender uma metodologia totalizante e redutiva dos estudos históricos); 2) um contra-ataque a defesa de Marvick do elemento *convencional* na história como disciplina; 3) uma distinção clara entre eventos e fatos, com o intuito de: a) se defender da acusação de pós-modernista (assimilado ao determinismo lingüístico saussureano), b) determinar o sentido da retórica na historiografia, diferentemente do sentido atribuído por Marvick. Por fim, Hayden White faz uma breve distinção entre ficção e literatura.

³ Ankersmit, Frank. “Hayden White’s Appeal The Historians”; in History and Theory, p. 185.

O termo meta-história, um dos títulos dos livros de Hayden White, é entendido como a investigação e apresentação das *pressuposições* necessárias para a *crença* em um modo de pensamento denominado histórico, e o termo também inclui as relações que esse pensamento pode ter com as ciências humanas e sociais.⁴

White acusa Marvick de acreditar profundamente na historiografia profissional e, em última instância, no profissionalismo em geral. A sua rigorosa separação entre o que os críticos literários e filósofos da história e historiadores dizem da história sugere que os historiadores profissionais têm o direito exclusivo de estudar o passado e interrogar (responsavelmente) o registro histórico. As outras duas categorias são apenas mistificadoras. Nesse sentido, os limites que Marvick impõe ao que pode ser dito a respeito da historiografia/História *não são epistêmicos*, mas de natureza fundamentalmente *institucional*. Os limites são, portanto, fixados por convenção e certificados pela autoridade da “profissão”. Em resumo, Marvick defende uma noção estreitamente convencionalista do tipo de conhecimento produzido pela historiografia e, conseqüentemente, defende um tipo de verdade justificado (quase) unicamente em convenção.

A noção de fato é ambígua (e Marvick a trata indistintamente). Ela compreende, segundo White, tanto o sentido de *evento* (cuja consideração relevante é o status *real* ou *imaginário* de uma ocorrência, e imaginário, aqui, como ocorrência inventada), quanto o sentido de *sentença acerca do evento* (cuja consideração relevante é o status de *verdade* ou *falsidade* da declaração). Assim, a afirmação de White, seguindo Roland Barthes, de que o fato não tem senão uma existência lingüística não sugere que os eventos são unicamente fenômenos lingüísticos, que os eventos não têm realidade e que não é possível algo como eventos históricos. Para Hayden White tal concepção é manifestamente absurda. A História (considerada como objeto de pesquisa histórica) é

⁴ Em algum sentido a meta-história se distingue da epistemologia da história. A distinção platônica entre *doxa* e *episteme*, ou, de um lado, a *opinião* (com forte conotação de mera crença tomada por certa), e de outro, o *conhecimento* (com conotação de crença que passou pelo teste da boa garantia da evidência e da justificação racional), permite entender a epistemologia como conceitua Christopher Norris: a investigação e apresentação de razões lógicas e empíricas para justificar afirmações sobre o mundo. A meta-história pode incluir esses procedimentos racionais, mas lida, sobretudo, com as pressuposições necessárias para crer em conhecimento histórico que estão além da justificação racional e do recurso a evidências materiais. As pressuposições meta-históricas são elementos permeados em crenças confiantes (num modo de pensamento chamado histórico) que não têm apoio empírico-racional. Para Hayden White, esses elementos são poéticos e dirigem as conceptualizações dos processos passados, por um lado, e os relacionam ao mundo presente, por outro, mediante formalizações (literalizações) de *insights* obedientes aos modos de relação previamente garantidos na metáfora, metonímia, sinédoque e ironia.

entendida por ele como a soma total dos eventos que aconteceram no passado, incluindo as interconexões entre eles (WHITE, 1995, p. 238). Os eventos são tomados como dados, pois eles certamente não são construídos pelo historiador. Mas a questão é inteiramente diferente com os fatos: eles são construídos — no próprio ato de começar a falar sobre os eventos, de um modo geral, ou no ato de *descrevê-los*, em especial. Os fatos é que são instáveis e sujeitos a revisões posteriores, não os eventos. E isso, para White, apenas demonstra que os fatos são entidades lingüísticas, como afirma Barthes, ou que os fatos são eventos sob descrição, como afirma Arthur Danto (WHITE, 1995, p. 239). Os fatos não precedem o estudo dos eventos.

O que isso significa? Para Hayden White quer dizer apenas — e ele diz isso ao longo de toda a sua carreira — que a linguagem usada para descrever um campo de ocorrências históricas constitui, na prática, o próprio campo, e estabelece limites aos tipos de métodos que podem ser usados para analisar os fatos ocorridos dentro dele. Além disso, os diferentes tropos lingüísticos usados na descrição inicial de qualquer conjunto de eventos compartilham de diferentes tipos de interpretação daquilo que parece ser um mesmo conjunto deles. Isso não é determinismo lingüístico nem implica em relativismo absoluto, isto é, que se pode dizer impunemente qualquer coisa a respeito de eventos históricos. No entanto, o *consenso* a respeito do que se pode dizer a respeito de “o que” e “quais” são os fatos de uma questão referente a um mesmo conjunto de eventos (documentos) é bastante limitado. Isso porque a relação entre fatos e eventos é sempre aberta à negociação e reconceptualização, não porque os eventos mudam com o tempo, mas porque os modos de conceptualizá-los na linguagem (relacioná-los e significá-los) se modificam no tempo e no espaço. Inclusive, não se modifica apenas o significado de um fato, mas também o que significa um fato, e em consequência o critério usado para assegurar a adequação entre um dado conjunto de fatos aos eventos que se pretende descrever (seguindo o critério de adequação).

A distinção entre fatos e eventos, e a relação abertamente negociável entre eles, toca num ponto importante da teoria historiográfica de Hayden White: a relação entre fato e ficção, e a afirmação de que a historiografia contém um elemento irredutivelmente fictício somente pela circunstância de que as suas descrições em linguagem natural se destinam a entrar na forma de uma narrativa para serem comunicadas aos receptores. Hayden White diz que no Meta-História procurou desviar o significado compartilhado

pelos historiadores nos anos 70 a respeito de que o *elemento retórico-literário* contido nos trabalhos de historiografia aparecia sob a função de *ornamento* que contribuía para uma escrita “fina” ou “elegante”, vinculando assim a noção de *estilo/retórica* como a *técnica de escrever bem* (própria do século XIX).

A escrita historiográfica dos historiadores analisados no Meta-História era muito mais *imaginativa* do que essas concepções de retórica e estilo sugerem. Vista como uma composição retórica (no sentido de codificação tropológica), diz White, foi possível constatar que, em última análise, o que aqueles historiadores escreviam era menos um relato do que tinham encontrado (descoberto) nas pesquisas das fontes primárias do que aquilo que imaginavam consistir o objeto (segmento do passado) de seu interesse original: por isso o subtítulo do Meta-história, “a imaginação histórica na Europa do século XIX”. Assim, Hayden White propôs uma poética da história, isto é, das diferentes maneiras em que um código lingüístico, tomado como estrutura de signos, pode ser atualizado numa seqüência descritiva específica para constituir (contornada e delimitadamente) *o campo* de fatos antes mesmo da sua explicação argumentativa e interpretação narrativa. (WHITE, 1995, p.240).

Posteriormente, White foi levado — ele não apresenta o motivo — a acreditar que era necessário distinguir, a maneira dos escritores modernistas como Proust, Woolf, Pound e Joice, entre *ficção*, por um lado, e não tanto historiografia quanto *literatura*, por outro. Pelo termo literatura designa-se um tipo de escrita diferente da escrita ficcional, em virtude de presumir um tipo de relação entre o sujeito escritor e o texto escrito inteiramente diferente da relação imaginada pelos poetas românticos e pelos romancistas realistas — e muitos historiadores do século XIX: ao invés de primeiro imaginar o referente de um dado tipo de escrita como externo e, em decorrência, tomar o processo de escrita em que ou a subjetividade do escritor ou a natureza do referente é expressa no texto escrito, os escritores modernistas imaginam um tipo de escrita na qual o escritor existe na, para e pela escrita praticada. Esse processo de identificação reproduz (ao invés de simplesmente reportar) a relação entre o autor do discurso e o referente, e o seu nome é *escrita intransitiva* (WHITE, 1995, p. 241).

Esse processo de identificação entre o autor do discurso, o referente da escrita e o texto que ele escreve — o processo de escrever intransitivamente, que White chama de literatura ou escrita literária — é especialmente útil para interpretar alguns objetos

históricos cuja natureza historicamente singular resiste às técnicas de representação pré-modernistas do romantismo e do realismo: trata-se de eventos ocorridos em nações, classes sociais e grupos étnicos experienciados como traumáticos, cuja função é crucial para a constituição das identidades dos grupos mais diretamente afetados por eles, como o Holocausto, a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, a fome massiva, os genocídios e a degradação do meio ambiente por tecnologias de produção econômica. Esses eventos e os contextos nos quais eles ocorrem testam não apenas a explicação, mas principalmente o poder descritivo-caracterizador e representacional-narrativo dos historiadores. Eles colocam questões que não dizem respeito à mera responsabilidade em contar a verdade ou produzir certeza de que seus fatos são corretos ou exatos: questões (identitárias e histórico-existenciais) que são muito mais um assunto de imaginação, tanto do mundo real presente, onde se dá o início das suas pesquisas, quanto do mundo passado, compreendido como o objeto de interesse dos historiadores. Conseqüentemente, conclui Hayden White, ao invés de trotar sobre uns poucos lugares-comuns acerca da fidelidade dos historiadores à verdade, como faz Arthur Marvick, devemos nos preocupar com as maneiras pelas quais os historiadores podem satisfazer, no ato da escrita, as carências existenciais e identitárias das suas audiências — tal como é capaz de suprir o próprio pensar histórico.

2. George G. Iggers x Hayden White (2000)

Com respeito à teoria da escrita histórica Iggers afirma receber dois importantes impulsos básicos para as suas reflexões: a) por um lado, a tendência de Jörn Rüsen e seus alunos, particularmente Horst-Walter Blanke e Friedrich Jaeger, de se ocuparem da história como *um campo especializado de estudos (wissenschaftlich/scholarship)*, isto é, como uma *disciplina acadêmica*; b) por outro lado, a tendência de Hayden White a se ocupar com a história como sendo principalmente uma *forma de literatura*.⁵ As duas

⁵ De acordo com Iggers existem pontos em comum entre a abordagem do trabalho histórico de Jörn Rüsen e Hayden White: ambos o consideram, usando os termos de White, como uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa. No interior do pensamento histórico do século XIX, ambos abordam o pensamento histórico de Ranke, Burckhardt e Droysen, mesmo que as suas abordagens sejam orientadas por perguntas bastante diferentes. Para a abordagem de White sobre Ranke e Burckhardt, ver os capítulos 2 e 4 da parte II do "Meta-História". Para a sua abordagem do pensamento histórico de Droysen, ver o ensaio "A *Historik* de Droysen: a escrita histórica como ciência burguesa", em "O Conteúdo da Forma".

influências assumidas por Iggers sugere que o autor está em acordo com o aspecto literário da historiografia trabalhado por White, mas que o atacará pelo aspecto *wissenschaftlich/ scholarship* da historiografia, trabalhado por Rüsen e seus alunos.

As críticas de Iggers estão concentradas, de um modo geral, na relação entre o *textualismo formalista* e o *discurso histórico* na concepção de Hayden White. A abordagem textual formalista assevera que o texto pode ser lido e analisado sem referência a um referente, seja ele tomado como acontecimento externo ao texto, seja como contexto (de acontecimentos) também externo ao texto. O textualismo (formalista), assim compreendido, levanta três tipos de questões quando se estuda Hayden White: a) a questão da relação do *texto* com o *contexto*; b) a questão da relação do *texto* com a *realidade extra-textual* e, por consequência, a questão de em qual extensão o *texto* carrega consigo e comunica *fato* ou *ficção*. Trata-se do problema do elemento ficcional na historiografia (IGGERS, 2000, p. 382). Este segundo problema está em conexão com um terceiro: c) o da existência de critérios extra-ideológicos para decidir sobre interpretações narrativas conflitantes a respeito de um mesmo tema.

As três questões se destinam aos quatro livros de Hayden White, mas fundamentalmente ao Meta-História, especialmente porque a primeira questão reclama a ocupação com a *historia da historiografia* no pensamento de Hayden White — inaugurada nesse livro, como uma história das transformações do pensamento histórico europeu do século XIX elaborada em termos pretensamente formalistas, isto é, prescindindo do contexto em que cada pensamento histórico (autoral) estava inserido, por um lado, e do valor-verdade dos escritos narrativos de cada um deles, por outro.

Outra questão levantada contra White refere-se a sua *teoria dos tropos*, que para Iggers permanece basicamente inalterada em seus trabalhos posteriores ao Meta-História (IGGERS, 2000, p. 376). Com respeito à teoria dos tropos, Iggers critica o seu valor metodológico como meta-linguagem para descrever e explicar a natureza do discurso historiográfico: ao fazer uso do método formalista para analisar a estrutura e a evolução (mudança) do pensamento histórico do século XIX, White restringe-se basicamente a reconstruir as sentenças teóricas (conceitos e argumentos de longo alcance) de cada autor e a examinar a influência que autores anteriores exerceram sobre os posteriores. O sistema dos tropos — e suas diferentes extensões nos níveis do

Para Iggers, a diferença fundamental entre as duas abordagens do trabalho histórico consiste em suas respectivas concepções acerca da objetividade e da verdade na historiografia.

enredamento, argumentação e ideologia — como a base da análise formal dos textos de historiadores e filósofos da história impõem uma consistência que obscurece as contradições ou ao menos preenche lacunas no sistema de pensamento histórico dos diferentes autores analisados. Obscurece as mudanças, maiores ou menores, que um autor sofre ao longo da publicação da sua obra. Isso porque os textos dos autores oitocentistas, como quaisquer outros, respondem a questões colocadas por seus autores. Essas questões não são inerentes aos textos, mas colocadas em acordo com as intenções do autor.

Mas isso não é tudo. Para Iggers o formalismo de H. White consente que os textos de filósofos da história e historiadores são compreendidos por si mesmos, ou encerrados em si mesmos, à medida que podem ser analisados sem referência a um contexto circundante de instituições e valores externos relacionados às intenções internas de cada autor ao colocar as questões, respondê-las e escrever sobre o seu tema. No entanto, George Iggers nota que Hayden White não cumpre o que promete realizar, pois os capítulos referentes aos historiadores e filósofos da história apresentam análises largamente *contextuais* e *não textuais-formalistas*.⁶ A fonte do idealismo organicista de Ranke em Humboldt, o extenso tratamento de Schopenhauer como fonte do pessimismo de Burckhardt, e a ocupação com a noção peculiarmente ocidental do progresso da liberdade extraída partir da antiguidade da Grécia clássica em Hegel são exemplos, aqui bastante resumidos, de *elementos contextuais externos* impossíveis de serem encontrados na *estrutura formal* da narrativa desses pensadores.

Naquilo que diz respeito à relação entre texto e contexto no âmbito da abordagem formalista da história da historiografia no Meta-História, a crítica de George Iggers não é que White se concentra *apenas* sobre os textos escritos (por historiadores e filósofos da história), mas que em contraste com o textualismo formal que ele promete e advoga, ele o segue muito pouco, e o resultado de suas análises demonstra, inadvertidamente, o intercâmbio entre texto e contexto (IGGERS, 2000, p. 381).

Não decidir se um texto historiográfico é melhor, mais correto ou mais verdadeiro do que outro é uma consequência da abordagem formalista de White. A conclusão, também formalista, de que todo relato histórico (dos clássicos do século XIX) possui *o mesmo valor verdade* abre passagem para a consideração das outras duas

⁶ Curiosamente, alguns críticos do Meta-História lamentam *a falta de um trato contextualista* na análise empreendida por White sobre os pensadores do século XIX.

questões apresentadas acima, a segunda e a terceira: da relação entre o texto e a realidade extra-textual, e do conseqüente limite em que fato e ficção permeiam um determinado texto historiográfico. Vinculadas a essas duas questões, George Iggers entra em acordo com uma série de afirmações de Hayden White feitas no *Meta-História* e em *Trópicos do Discurso*.⁷ O que Iggers não está em acordo consiste no erro de White em sustentar que em razão de toda historiografia conter elementos ficcionais, *elas são fundamentalmente ficções e não estão sujeitas a controle através da verificação nas fontes históricas*: para Hayden White não há apenas muitas interpretações narrativas de quaisquer conjuntos de documentos, mas todas elas têm o *mesmo valor-verdade*, por isso os únicos fundamentos para optar entre uma interpretação narrativa de um segmento da História ao invés de outra não são epistemológicos, mas, em última análise, estéticos e morais (IGGERS, 2000, p. 383).

Mas Iggers sabe que White não nega a existência de acontecimentos históricos, e que inclusive distingue entre fatos e acontecimentos. Nesse sentido, White não nega a ocorrência da 'Queda da Bastilha em 14 de julho de 1789', nem a existência de câmeras de gás no holocausto judeu. Os fatos históricos são constituídos no ato de descrição, não são dados, e *qualquer relato histórico que não viole a fidelidade aos fatos confirmados no registro histórico possui igual valor-verdade*: para George Iggers *essa afirmação é*

⁷ Não são poucas as afirmações, de maior ou menor implicação para as noções de verdade e objetividade na historiografia, que Iggers consente com White: 1) é inquestionável tratar os textos de historiografia como "uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa" (*Meta-História*); 2) os relatos de historiografia normalmente tomam a *forma de estórias*; 3) é insustentável a pretensão de que as estórias emergem por necessidade lógica ou natural das fontes documentais, ou não problematicamente; 4) a coerência de um relato de historiografia requer a elaboração de uma estória que vai além dos dados do registro em estado bruto; 5) o requerimento de estórias específicas (enredamentos) das informações das fontes mostra que o relato historiográfico tem uma *dimensão literária*; 6) o enredamento não é elaborado sem *pressuposições* de natureza construtiva acerca das informações do registro: "antes que o historiador possa aplicar aos dados do registro histórico o aparato conceptual que ele usará para explicá-lo, cumpre-lhe primeiro prefigurar o campo, isto é, constitui-lo como objeto de percepção mental." (*Meta-História*); 7) elementos ideológicos entram inevitavelmente em todo relato historiográfico; 8) existe uma filosofia da história implícita em todo relato historiográfico; 9) a rígida distinção entre historiografia (como escrita que tem por referentes acontecimentos reais) e literatura (como escrita que tem por referentes acontecimentos inventados ou hipotéticos), dominante no pensamento histórico do século XIX, precisa ser modificada, repensada e redefinida; 10) a redefinição pode partir do reconhecimento da oposição entre fato e ficção como pólos contínuos, admitindo que "o processo de fundir os eventos, sejam reais ou imaginários, em uma totalidade compreensível capaz de servir de objeto de uma representação é um processo poético" (*Trópicos do Discurso*); 11) a historiografia, baseada em conjunto de documentos que atestam a ocorrência de acontecimentos, "admite um número de diferentes interpretações narrativas do que aconteceu no passado" (*Meta-História*), e por isso é preciso reconhecer que "não existe tal coisa como uma única visão correta de um objeto de investigação, mas muitas visões corretas, cada uma requerendo o seu estilo de representação" (*Trópicos do Discurso*). (Iggers, 2000, p. 382-383)

insustentável (IGGERS, 2000, p. 384). Assim, apesar da base factual não poder ser disputada, quando o que está em jogo é uma ocorrência como a 'Queda da Bastilha em 14 de julho de 1789' ou a existência de câmeras de gás nos campos de extermínio nazistas, qualquer tentativa de construir um relato histórico abrangente da Revolução Francesa ou do Holocausto é forçada a enredar a série de fatos, e nesse nível de significação qualquer disputa ou conflito interpretativo em torno do sentido narrativo da série não pode ser decidida com base no registro factual (IGGERS, 2000, p. 385). Como então decidir o conflito interpretativo-narrativo a respeito de um tema histórico como a Revolução Francesa? Iggers insinua que Hayden White se encontra totalmente desprovido para responder tal questão. Pois se é legítimo abordar a historiografia em perspectiva literária ou estética, o é também na perspectiva de um *campo especializado de estudos*: mas Hayden White rejeita essa segunda opção como ilusão, ou mais especificamente como uma *ideologia*. A resolução de um conflito interpretativo, tendo por base a história como campo especializado de estudos, leva consigo uma série de premissas capazes de identificar e controlar as ideologias: racionalidade, diálogo e consenso.

Mas Hayden White não acredita no conceito de *discurso racional*, diz Iggers. Para ele, toda cultura e dentro de cada cultura os grupos individuais têm sua forma de racionalidade e pensamento lógico. Por isso o consenso intersubjetivo não é possível para ele. O resultado jamais é o consenso definitivo, mas sim o diálogo contínuo que desafia indefinidamente as distorções ideológicas. O *scholarship* histórico que White considera fundamentalmente um *ritual* contém uma certeza mínima a respeito de modelos de prova e evidência empírica e argumentação, a despeito de quaisquer variantes ideológicas. Não se trata de negar a imaginação construtiva dos relatos históricos (substituição de partes por totalidades, disseminação significativa de uma totalidade sobre diferentes partes, negação que tais partes pertençam a esta ou aquela totalidade), mas as explicações desses relatos não são essencialmente imaginativas. Isto porque, para Iggers, eles pressupõem árdua pesquisa e todas as respostas obtidas às perguntas como onde, quando, porque e como as coisas aconteceram e o que significa tudo isso no fim de contas são sujeitas ao escrutínio da comunidade dos pesquisadores, e se o consenso a respeito de questões substanciais é limitado, o próprio desacordo contribui para dismantelar mitos históricos de diferentes perspectivas teóricas e

metodológicas: e isso já constitui um aspecto importante do discurso racional (IGGERS, 2000, p. 387)

A resposta de White tem por orientação geral a circunstância de que o seu uso da tropologia (como um tipo especial de metalinguagem) para analisar o discurso historiográfico é a razão das diferenças entre ele e Iggers acerca das distinções entre fato e ficção, narração e narrativização, texto e contexto, ideologia e ciência. Por isso White esboça primeiramente o sentido da sua tropologia, mas a partir da crítica a concepção que Iggers tem do conhecimento histórico.

A historiografia que Iggers defende, segundo White, pretende ser estritamente *referencial*: relatar a verdade, nada além da verdade acerca de pessoas e eventos reais passados; relatar, portanto, a verdade de pessoas e eventos que não são acessíveis a percepção direta. Como um relato de eventos que já não são mais diretamente perceptíveis, a historiografia precisa *construir* — entendendo por isso *imaginar* — seus objetos de interesse *antes* de aplicar a eles procedimentos analíticos de explicação e hermenêuticos de interpretação. Isso faz da historiografia um discurso mais do que uma ciência, mas um discurso que, convencionalmente, se caracteriza por uma dupla representação: do objeto (referente) de interesse e do pensamento (referencial) do historiador desse objeto. Conseqüentemente, nessa concepção convencional do discurso histórico, ele nunca opera as outras *cinco funções da linguagem* identificadas pela lingüística estruturalista nos *atos de fala significativos*: *expressiva* (os valores do escritor e seus interesses), *conativa* (os interesses, emoções e preconceitos das audiências), *metalingüística* (esclarecimento e justificação da terminologia e procedimentos explicativo-explanatórios), *fática* (estabelecimento de canais com as audiências possíveis e específicas), e *poética* (através da qual a estrutura do código é disposta e atualizada numa seqüência de palavras significativas).

Para Hayden White a articulação dessas funções em um dado texto historiográfico é *tropológica*, visto que os seus modos de associação entre os signos nos dois eixos da linguagem (sintagmático e paradigmático) podem ser encontrados em técnicas de figuração (modos de relação) disponíveis na poética e podem ser identificados e reconhecidos no texto pela retórica.⁸ São os diferentes tipos de

associação poética que produzem as figuras e as conexões entre elas no discurso histórico, cujo objeto de referência não pode ser percebido diretamente. Assim, a tropologia é concebida como a compreensão teórica do discurso imaginativo em geral, ou das maneiras através das quais os diferentes tipos de figurações (metáfora, metonímia, sinédoque e ironia) produzem os tipos de imagens (e não conceitos científicos) e conexões entre elas (que não são deduções nem induções), de um modo tal que são capazes de servir como uma realidade que é muito mais imaginada do que percebida diretamente. As conexões entre as figurações (de pessoas, instituições e processos) no discurso histórico não são lógicas, isto é, não são implicadas dedutivamente entre si, mas *metafóricas* em um sentido geral (*analógicas*)⁸: nos termos da psicanálise dos sonhos de Freud, são conexões baseadas em técnicas poéticas de condensação, deslocamento, simbolização e revisão secundária. Esboçado o sentido da tropologia, como metalinguagem para analisar a constituição de objetos históricos em representações históricas consistentes, seguem-se abaixo as respostas de Hayden White.

a) a questão da relação do *texto* com o *contexto*, e o recurso inadvertido ao contexto para dotar de consistência as obras oitocentistas analisadas, como afirmou Iggers, White responde que não acredita que a sua noção de discurso (histórico) caracterizado por um tropo dominante para descrever a realidade através da linguagem (natural) — cujos modos de argumento, enredamento e ideologia são possíveis extensões (lingüísticas) — impõe uma falsa consistência a esses discursos. Especialmente porque existem diferentes tipos de consistência discursiva, entre as quais a lógica da identidade e não-contradição fornece apenas um critério de avaliação. Além desta, há a consistência poética ou figurativa encontradas na literatura, seja ela ficcional ou não-ficcional. A consistência inelutavelmente poético-retórica (figurativa) no texto historiográfico segue-se do reconhecimento tradicional de que uma representação especificamente histórica de um processo especificamente histórico precisa tomar a forma de narrativização. Visto que nenhum campo de acontecimentos representados como um

⁸ White parece ter inovado essa teoria dos eixos da linguagem articulados em qualquer ato de fala significativo, introduzindo nela os modos de associação sinédoquico e irônico entre os signos do código lingüístico.

⁹ Essa é a razão pela qual a avaliação do discurso especificamente histórico, que ignora a sua dimensão tropológica, fracassa inevitavelmente em explicar como é possível compreender o passado, não obstante as *informações falsas* que esse discurso pode conter e *contradições lógicas* que podem ser encontradas em seus argumentos (p.393).

conjunto ou série de eventos discretos pode ser realisticamente descrita como tendo a estrutura de uma estória, White toma esse processo pelo qual a série de eventos é narrativizada como sendo de tipo mais tropológico do que lógico: as operações pelas quais um conjunto de eventos é transformado em uma série, a série em uma seqüência, a seqüência em uma crônica e a crônica em uma narrativização são operações mais adequadamente compreendidas como tropológicas do que lógico-dedutivas. A relação entre a estória contatada acerca dos eventos e quaisquer que sejam os argumentos formais evocados para avançar a explicação deles é melhor compreendida se considerada como uma combinação de elementos lógico-dedutivos e tropológico-figurativos. Assim, uma abordagem tropológica do discurso histórico não só aparece como eminentemente justificada, mas requerida tanto para mapear as diferenças entre as composições histórico-discursivas das composições científicas quanto para assinalar as semelhanças escrita histórica e escrita ficcional /literária. À medida que para Iggers a tropologia impõe uma falsa consistência à análise que empreende sobre os discursos historiográficos, ele deve pensar que essa tropologia do discurso histórico conduz ao determinismo lingüístico. Mas a tropologia apenas toma o discurso histórico como uma elaboração feita com base em vários códigos, cuja própria linguagem natural (tomada como uma estrutura de signos constituída pelos níveis léxico, sintático, semântico e pragmático) pode servir de paradigma ou modelo para a análise da consistência das obras historiografias (WHITE, 2000, p.393-394). Esse modelo lingüístico é articulado tropologicamente nos discursos históricos e mostra que a própria linguagem tanto possibilita quanto limita o que pode ser dito sobre o mundo dos eventos (WHITE, 2000, p.393-394). Hayden White parece não ter respondido precisamente a questão, pois deixou de fora o modo como a tropologia concebe a relação entre texto e contexto.

b) a questão levantada por Iggers, da relação do *texto* com a *realidade extra-textual* e, por conseqüência, a questão da ficcionalização historiográfica, que remete ao problema da resolução de conflitos interpretativos a partir de premissas extra-ideológicas fundadas na noção de discurso racional, é assim respondida por White: o uso de um tipo especial de metalinguagem (tropologia) para caracterizar o que os historiadores fazem quando representam (identificam, descrevem, classificam e explicam) seus objetos de estudo (a Revolução Francesa, a Revolução de 1948, a burguesia, o proletariado, a Renascença) não aponta para a inexistência desses tipos de

eventos, pessoas, processos, grupos e instituições, mas dificilmente eles correspondem aos termos usados pela historiografia, detalhe por detalhe, item por item, função (na narrativa) por função (no mundo real dos eventos sugeridos nas fontes históricas) (WHITE, 2000, p. 396).

Conforme as não-correspondências estabelecidas acima, White afirma que George Iggers não distingue *narração* (como um modo de falar acerca do mundo que deixa claro a imposição de processos bem fechados a ele) de *narrativização* (um modo de falar do mundo e de seus processos como se eles possuíssem inerentemente a estrutura e o significado de uma estória narrativa). Burckhardt narra a “Cultura da Renascença” ou os “Anos de Constantino”, ele não as narrativiza. Isso quer dizer que Burckhardt resiste ao atrativo de enredar os seus temas históricos, dando a eles um tipo de coerência de estórias bem-fechadas com início, meio e fim identificáveis. O ponto importante é que a narrativização da realidade implica a sua ficcionalização, tão somente porque a narrativização impõe sobre ela o significado formal encontrado apenas nas estórias.

Sobre a acusação de ter afirmado que relatos que não violam a fidelidade aos fatos possuem igual valor-verdade, Hayden White não está certo de ter defendido alguma vez esse ponto de vista — “eu disse isso? Talvez” (WHITE, 2000, p.399) — e procura eliminar o mal entendido. Na tentativa de decidir sobre interpretações conflitantes de um mesmo evento, proferidas por historiadores de semelhante erudição e inteligência, os fatos não podem ser invocados para decidir a contenda: em primeiro lugar, porque interpretações conflitantes a respeito de um mesmo evento não são somente uma questão de “o que são os fatos”, mas principalmente do que contará como um fato e do que não contará como fato no tema em debate. Em segundo lugar, se tratando de contenda interpretativa, o que decide não é tanto a *verdade* do fato quanto o *significado* atribuído ao evento em discussão.

Para Iggers, diferentemente de White, existem fundamentos extra-ideológicos para arbitrar e decidir sobre interpretações narrativas conflitantes. Esses fundamentos encontram-se no conceito de discurso racional relacionados à pesquisa empírica de arquivo. Iggers pensa, diz White, que a teoria da comunicação de Habermas praticada por “indivíduos maduros” que honram “modelos de discurso racional” podem servir de base para promover um “consenso” limitado, mas concernente a “questões substantivas”

e capazes de auxiliar nas entrevisões das distorções ideológicas das narrativas, possibilitando o desmantelamento de mitos (históricos). Para White, maturidade, racionalidade, diálogo, consenso e substância (referente a questões substantivas) são figurados diferentemente em diferentes culturas. E para ele, o projeto de racionalização moderna e iluminista é debatido contemporaneamente pelos autores pós-colonialistas que reconhecem que esse projeto foi e ainda permanece sendo profundamente ideológico. A historiografia Ocidental desde o século XIX se serve desta ideologia, do mesmo modo que o imperialismo e o racismo se serviram dela. White não acredita que outras culturas, como a japonesa, a chinesa e a africana estariam bem servidas pela adoção dessas noções básicas da historiografia ocidental como se elas fossem técnicas de valor neutro para descobrir a verdadeira realidade dos seus respectivos passados (WHITE, 2000, p. 401) Além de maturidade, racionalidade, diálogo, consenso e questões substantivas serem noções relativas a diferentes culturas, é preciso reconhecer que diferentes culturas e mesmo diferentes grupos dentro de uma mesma cultura possuem diferentes tipos de passado e, sobretudo, diferentes maneiras de usar o passado para propósitos públicos. Por isso o desejável objetivo na prática da pesquisa e escrita histórica é preferivelmente a proliferação de interpretações narrativas do significado dos eventos históricos passados e não o estabelecimento de um consenso interpretativo monolítico (sobre as chamadas questões substantivas) com base em noções também monolíticas de consenso, racionalidade, maturidade, diálogo e sobre o que é e, principalmente, qual é uma questão substantiva. O consenso interpretativo pretensamente desinteressado interessa sempre à manutenção do *status quo* social. E se a historiografia está a serviço de propósitos (sociais) democráticos ao invés de diretrizes ou metas (sociais) hegemônicas, seria mais adequado trabalhar em favor da diversidade das interpretações narrativas: Hayden White não quer dizer apenas que a história não é uma ciência no sentido restrito do termo, mas que a história não deve ser uma ciência — nem se essa possibilidade lhe fosse dada a escolha.

Vê-se que o ponto ao qual chegou a crítica de Iggers, através da defesa do *scholarship* histórico e de seus pressupostos (racionalidade-diálogo-consenso-verdade provisória) como campo especializado de estudos, é o lugar onde podemos encontrar a resposta reativa de Hayden White:

“Eu presumo, a partir da sua crítica ao meu trabalho, que Iggers continua a estimar concepções que são meramente convencionais e na maior parte das vezes antiquadas da natureza do discurso e do tipo de conhecimento que o pensamento histórico é capaz de produzir. Em uma palavra, ele continua a usar a mesma categoria [supostamente *scholarship/wissenschaftlich*] que subscreve o *establishment* dos historiadores como *uma ideologia que transitou para o campo da ciência* no século XIX”¹⁰ (WHITE, 2000, p.392).

3. Dirk Moses x Hayden White (2005)

Para Dirk Moses há duas razões pelas quais é importante considerar atualmente os trabalhos de Hayden White: a) a relevância de sua explicação da atitude contemporânea de muitos historiadores, geralmente designada como *pós-modernista*, que em seu Meta-História ele chama de *sensibilidade histórica irônica*. A ironia como uma forma de agnosticismo intelectual, isto é, da percepção da impossibilidade de escolher, com base em adequados fundamentos teóricos, entre as diferentes maneiras de interpretar narrativamente o passado. O problema do modo irônico de pensamento histórico é, inicialmente, a sua implicação política anti-utópica e, conseqüentemente, conservantista, pois tende a dissolver toda crença em ações políticas positivas (confiantes). No entanto, esse não é o único problema com o pensamento irônico, pois ele conduz a uma questão ainda mais fundamental, àquilo que White em 1966 chama de *o fardo da história* (assim entendido por Dirk Moses): o terror existencial instalado na consciência (do homem ocidental) pela crença do sentido aparente de todas as coisas humanas, em virtude da carência de segurança e consolação metafísicas¹¹ (MOSES, 2005, p. 312).

¹¹ O processo de profissionalização da historiografia no século XIX, como analisado em “*A Política da Interpretação: Disciplina e Desublimação*”, procurara minar qualquer legitimidade (como forma de interpretação histórica) das filosofias da história bem como a possibilidade de conferir sentido religioso aos processos humanos passados. O resultado foi a conceptualização do passado nos termos de um processo secular, sistemático e narrativo, mas privado do grande sentido cósmico e, por essa razão, insuficiente para responder questões de natureza existencial (vida, morte, violência, privação, dominação etc). Restabelecer a dignidade dos estudos históricos, como White propõe em *O Fardo da História*, é vincular os temas historiográficos a essas questões, é colocar a história a serviço da vida (atual) e libertá-la do seu papel de atender a curiosidade antiquária.

Dessa maneira, a questão que Hayden White coloca aos historiadores em sua análise do pensamento histórico de Nietzsche em Meta-História, traduzida como o fardo da história, é essa: como *viver* com uma história-processo explicada e enredada no modo irônico de pensamento histórico sem cair na condição de desespero que Nietzsche encontrou solução apenas se refugiando no irracionalismo?; b) a segunda razão pela qual é importante considerar os trabalhos de Hayden White consiste, de acordo com Dirk Moses, na resposta dada a essa questão que ele próprio coloca aos historiadores (MOSES, 2005, p. 313). A crítica de Moses se concentra assim na resposta de White a essa questão, na sua proposta de solução para o fardo da história.

Dirk Moses sustenta que a resposta dada a questão, e que ela é parte importante da concepção da historiografia de Hayden White, é apropriada ao uso público da história em muitos conflitos étnicos e nacionalistas contemporâneos. Mais especificamente, a concepção que Hayden White tem da historiografia (no quesito capacidade de constituição do sentido histórico-existencial para os homens do presente) pode ser usada para fornecer argumentos teóricos que *justificam a instrumentalização da memória histórica pelas elites nacionalistas em suas lutas por vezes genocidas contra seus opositores* (MOSES, 2005, p. 311). A única maneira de safar das implicações de sua concepção, diz Moses, é perguntando-lhe a questão que ele propõe aos historiadores (em O Fardo da História): "*Qual deve ser o propósito ou a função da história para a vida?*".

A crítica de Moses se constitui assim de dois passos: a) primeiro, mostra a razão pela qual a historiografia na concepção de White legitima mitos étnicos e nacionais; b) segundo, propõe uma alternativa para que a história constitua sentido vital, histórico-existencial, e não responda apenas a meras curiosidades dos homens do presente — como White defende desde 1966 —, mas de um modo que não dê margem para justificação desses mitos. Essa alternativa conta com *uma* sugestão de Max Weber.

Apesar de Hayden White ser cuidadoso em não negar o nível do significado racional imprimido pelos argumentos explícitos nas narrativas historiográficas, explica Moses, o que para ele conta como explicação convincente é sempre tributária do que um grupo específico de historiadores e seu público aceitam como critério de explicação. Assim, uma explicação histórica é convincente ou plausível porque o historiador e o seu público compartilham costumes culturais específicos, relativos ao uso da linguagem em historiografia: os modos de argumentação narrativos e enredamentos narrativos que

ambos conhecem e estão previamente comprometidos. Nesse âmbito, do estilo narrativo-historiográfico, a historiografia se assemelha as ficções *porque* o que é plausível e convincente não é proveniente da adução dialógica as provas e evidências históricas, mas o modo pelo qual os fatos são enredados e explanados com base em um tropo homólogo predominante (MOSES, 2005, p. 326). E sendo no mínimo quatro tropos básicos capazes de constituir os temas históricos, e inseri-los com sentido no mundo presente, não há fundamentos epistemológicos para optarmos por um ou outro dentre eles, mas somente motivos éticos, políticos e ideológicos.

Hayden White propõe, assim, o fim da sensibilidade histórica irônica pela impossibilidade de justificar epistemologicamente a sua existência, por um lado, e pelas implicações existenciais negativistas e políticas conformistas/anti-utópicas, por outro. Esse objetivo, pautado na impossibilidade de fundamentar epistemologicamente o sentido verdadeiro dos processos históricos passados para a vida atual, resulta por desafiar (negar) o papel da historiografia profissional em policiar as maneiras pelas quais o passado pode ser invocado para legitimar projetos políticos atuais. Assim, o déficit-mítico da pós-modernidade pode ser remediado e o utopismo revivido somente pela admissão do *sublime histórico* colocado a serviço da consciência poética (*essa é a solução de Hayden White para o fardo da história*). Mas isso resulta que as mitologias étnicas e nacionais são um uso legítimo do passado porque, de uma maneira ou de outra, funcionam como respostas ao fardo da história quando concebem o passado como um espetáculo de desordem e anarquia moral (sublime), e imprime (poética-e-livremente) um sentido histórico as suas experiências passadas inteiramente interessado e parcial.

Por isso, num mundo em que as *narrativas de vitimização* subscrevem a identidade de comunidades étnicas e são usadas como licença para justificar ataques genocidas, interrogar o uso político da memória histórica é, para Moses, tão urgente quanto necessário. Nesse âmbito, a valorização dos estudos históricos por Hayden White, pela apreciação sublime do passado a serviço da criação poética do sentido histórico para a vida (presente), não funciona como solução moralmente responsável a exata medida que seu relativismo moral e *ceticismo epistemológico* implicado nessa concepção falha em: a) distinguir mito de historiografia; b) livrar-se inteiramente dos perigos da sedução de uma política duvidosa (fascismo); c) salvaguardar a integridade da facticidade do holocausto (MOSES, 2005, p. 315-316).

Combatem-se melhor essas implicações da concepção que White tem do valor e utilidade pública da historiografia, afirma Moses, reconhecendo que os historiadores não são precisamente contadores de histórias, pois eles, sobretudo, colocam questões específicas ao registro histórico e tentam respondê-las. Ao colocar questões específicas ao registro histórico, as narrativas historiográficas ganham plausibilidade pelo modo como os historiadores as respondem: aqui os *argumentos explícitos* são mais importantes do que a *sugestibilidade* que elas produzem mediante efeito-explicativo defendido longamente por White (em Meta-História e Trópicos do Discurso). O valor das respostas específicas obtidas, cuja finalidade é a produção de consenso a respeito delas, é baseado na *força do melhor argumento* (p.327) Mas White tem antecipado a defesa dessa crítica, lembra Moses, afirmando que a produção de perguntas-respostas com base em argumentos racionais e evidências ocorrem em meio a um discurso que permanece mítico, à medida que a historiografia permanece constituindo os seus objetos de explicação e narração com vistas ao estabelecimento e estabilização de *identidades coletivas* pela ênfase exagerada na *continuidade*. Assim, para White, como nota Moses, todas as questões dos historiadores se orientam por uma indagação equívoca, mas fundamental, do tipo "*de onde nós viemos?*", cuja resposta também fundamental é "*nós viemos daquele lugar e daquelas coisas, por isso nós somos assim*". Contrariamente, a pergunta fundante correta em historiografia — porque de interesse a todos os contemporâneos — é, para White, essa: "*como nós podemos construir um futuro melhor?*" Sua resposta é política (MOSES, 2005, p. 328), mas não moralmente responsável, como Moses argumentou acima, se comparada com a alternativa oferecida por Max Weber, através do modo como se pode conceber a relação entre ciência e existência (vida) e dela extrair um tipo específico de subjetividade.

No âmbito dessa relação, a subjetividade que Weber educa seus alunos é inteiramente oposta à subjetividade preconizada por White, diz Moses. O valor da ciência não pode ser justificado em fundamentos científicos e pode apenas ser interpretado por referência ao chamado *significado último*, que reclama à nossa posição pessoal em relação ao sentido da vida ou existência. A relação entre ciência e vida é articulada por Weber em função de qual deve ser o papel do professor perante seus alunos. E para ele, o papel do professor, ao invés de induzir a ação ou tornar o guru dos seus alunos, é auxiliá-los na obtenção de esclarecimento acerca das suas escolhas

personais pela *apresentação fatos inconvenientes no mundo contemporâneo* em que vivem, tendo cada um deles que oferecer uma explicação para o significado último das suas condutas a respeito de tais fatos. Em vista disso, qual deve, portanto, ser o papel do historiador em relação à comunidade étnica ou nacional a qual ele pertence? Somente pela construção narrativa que force os dois lados do conflito a distanciar-se criticamente das ideologias nacionalistas em que se baseiam, engajando-se num jogo de reconhecimento mútuo com seu opressor. E isso pode ser feito em historiografia e o problema pode ser resolvido pela *racionalidade comunicativa* implícita nas ciências humanas, capaz de prover normas acerca do uso moral da história, à medida que institucionaliza um tipo de intersubjetividade através da qual a evocação e o uso do passado são governados por regras de imparcialidade e equidade/justiça, e em protocolos de evidência baseado em pesquisa honesta. A racionalidade comunicativa é assim inerente ao apelo à necessidade do leitor universal. E por essa via pode a historiografia servir ao papel de vigiar a política: precisamente por que em questões referentes a conflitos étnicos o *histórico é ético*, pois ao voltar-se a acontecimentos passados os historiadores precisam, com base neles, decidir sobre questões políticas projetivas de um futuro, quando assumem o papel de comentaristas morais — comentaristas morais subjetivo-objetivos.

A resposta de Hayden White mostra que ele não discorda do assunto principal do debate, isto é, que *os estudos históricos possuem relevância pública e que a historiografia deve estar a serviço da vida pelo seu potencial em responder questões existenciais, e não para atender a mera curiosidade dos contemporâneos*. Eles não estão em acordo completo porque ambos possuem concepções distintas da natureza do discurso histórico e, especialmente, do *uso público ao qual o discurso histórico pode ser submetido* (WHITE, 2005, p. 331). Como aponta Moses, Hayden White realmente nega à historiografia profissional a função de policiar a maneira através da qual o passado deve ser evocado para a construção de projetos políticos contemporâneos (WHITE, 2005, p.334)

Mas ele está de acordo com a afirmação de Moses, de que o uso político das narrativas de vitimização subscreve a identidade de muitos grupos pela demonização do outro e que, nesse âmbito, o controle da memória histórica serve para justificar ataques armados. O problema, no entanto, não é com o “uso político”, mas com a noção de

memória histórica que, para White, parece ser uma contradição entre termos. Pois narrativas de vitimização não tem início na e o domínio presidido pela historiografia profissional: a que devemos recorrer para julgar e decidir a respeito da declarada rivalidade entre Palestinos e Judeus Israelenses? Nesse tipo de questão, diz White, é melhor abandonar toda pretensão de “sensatez”, “lucidez” e subjetividade “objetiva” (de Max Weber) a fim de procurar um fundamento comum sobre o qual possa dissolver o desacordo motivado pelo fanatismo religioso, pois a historiografia tem de mostrar-se anti-transcendental, religiosamente agnóstica e eticamente relativista, sem que se ponha inclinada a tornar-se meramente outra arma do dogmatismo religioso e político correntes.

A observação de Moses a respeito do relativismo moral e ceticismo epistemológico de Hayden White conduzem, como visto acima, a três críticas: a) incapacidade de distinguir entre mito e história; b) a exposição aos perigos de sedução por uma política duvidosa (fascismo); c) e incapaz de salvaguardar a integridade da facticidade do Holocausto.

A primeira crítica é toca numa questão reverenciada por White, e ele procura mostrar — ao longo dos seus trabalhos — que a distinção entre mito e história nunca foi conseguida nos estudos históricos: tanto por que a *narrativa* permanece como o modo de representação escolhido pelo estabelecimento profissional para apresentar as descobertas nas fontes históricas quanto porque a historiografia nunca foi capaz de se liberar da *ideologia*. Tanto para White quanto para Lévi-Strauss a historiografia é o mito do Ocidente. O moderno conceito de história (a historiografia genética de Rüsen, por exemplo) apenas reprime, ao invés de superar os modos míticos de pensamento, e promove o retorno desse material reprimido na forma de um ponto de vista que propõe mostrar que as coisas (cultura, sociedade e política) são da maneira como devem ser e jamais de outra maneira. Imprime ao mundo presente um aspecto de necessidade, um presente como resultante contínua do passado (WHITE, 2005, p. 337).

A segunda crítica repete uma concepção corriqueira de que o relativismo autoriza a confiança no fascismo ou conduz inevitavelmente a ele. “Esse argumento foi elaborado contra mim por Carlo Ginzburg, e eu simplesmente o rejeito” (WHITE, 2005, p. 337). O relativismo cultural (relativismo dos valores que orientam as ações, ou relativismo moral), no ponto em que ele interessa a White, serve de base para autorizar diferentes

posições éticas e políticas, no sentido de conduzir mais freqüentemente a tolerância e ao esforço de compreender o outro do que a intolerância, xenofobia e fascismo: “os nazistas eram qualquer coisa, menos relativistas. Eu não acredito que o Hamas e os Sionistas sejam relativistas” (WHITE, 2005, p. 337). Com respeito ao ceticismo epistemológico, White acredita ser um componente necessário de qualquer visão científica de mundo, e também necessária para combater qualquer espécie de dogmatismo.

Com respeito à terceira crítica, concernente a deficiência da concepção da historiografia de Hayden White em proteger a integridade da facticidade do Holocausto, ele volta a dizer que a historiografia contemporânea é ameaçada pelos revisionistas (e não pela sua escrita na voz média), mas não porque eles oferecem uma nova interpretação (narrativa) do Holocausto, e sim porque eles divulgam a impossibilidade de chegar a uma certeza científica da ocorrência factual desse evento. Em segundo lugar, White julga confusa a maneira como Dirk Moses formula a sua crítica: “a integridade histórica da facticidade do Holocausto? O que é a integridade *histórica* da facticidade do Holocausto?” (WHITE, 2005, p. 337). Para Hayden White o Holocausto é um conceito sintético, ou melhor, uma figura de um evento, cuja ocorrência dificilmente pode ser duvidada, mas cujo significado e relevância para os europeus, alemães, judeus e americanos é uma questão em aberto, podendo esse evento ser tratado por diferentes modos de produção de significado — artístico, literário, psicanalítico, filosófico e *histórico*. O que precisa ser aspirado, diz White, é exatamente a multiplicação e combinação desses diferentes modos de abordá-lo, não com o intuito de estabelecer a sua facticidade, mas a fim de imaginar qual pode ser o significado dessa ocorrência ou que significado ela pode ter — *para as gerações atuais* (WHITE, 2005, p. 338). Apesar de os judeus terem um interesse especial sobre o Holocausto, esse evento não pertence apenas aos judeus. Faz-se necessário, portanto, algo muito mais do que uma disciplina devotada ao estabelecimento dos *fatos* a serem acordados sobre esse *evento*. A escrita histórica, em geral, e a escrita histórica sobre o Holocausto, em especial, são mais um problema de *significado* do que de *conhecimento* (compreendido como conjunto de informações justificadas empiricamente). Isso porque o conhecimento acerca do Holocausto dificilmente pode ser mais completo e mais constrangido pela documentação em sua facticidade. “O que nós necessitamos é de imaginação e intuições poéticas que nos auxiliem a adivinhar o seu significado” para a vida atual (WHITE, 2005, p. 338).

Quanto à quarta crítica de Dirk Moses, Hayden White está de acordo que o *histórico* é o *ético* (voltar-se ao passado implica em se projetar num futuro, mais especificamente, desejar e “escolher” *um* futuro). O elemento ético (em qualquer pensamento histórico) emerge da diferença entre o que é (ou foi) o caso e o que deve ser (ou devia ter sido) o caso em algum compartimento da conduta humana, pensamentos e crenças passadas. O ético, assim, abre o espaço no qual alguma coisa tem de ser feita. E isso é inteiramente diferente da moralidade que, sobre a base de alguma norma dogmática, nos diz o que devemos e o que não devemos fazer perante uma dada situação oferecida à escolha. O passado histórico possui uma dimensão ética à exata medida em que produz e potencializa temas (como vida, violência, sofrimento, trauma e morte) que nos conduzem a tipos de sentimentos ambivalentes, com respeito a nós próprios e aos outros, que aparecem em situações que requerem *escolha* e engajamento em modos existencialmente determinados no mundo contemporâneo (WHITE, 2005, p. 338) Assim, a historiografia ética deve produzir narrativas que inspirem as pessoas a viverem significativamente, ao invés de tentar produzir explicações narrativas que levem as pessoas a sentirem-se como incapazes de controlar os seus destinos. É a isso que deve preocupar-se o conhecimento histórico, e a essa função ele pode servir e desempenhar.

A fim de lidar e compartilhar do significado daqueles tipos de temas é necessário que se recorra às ricas tradições da expressão literária, diz White. E é precisamente esse recurso ao qual está privada a historiografia de todo o século XX, em virtude do seu vão esforço em tentar ser “científica”, “objetiva” e “neutra”. Isso requer que o estabelecimento profissional dos historiadores repense a relação entre os objetivos da pesquisa empírica (estabelecer a veracidade das ocorrências factuais) e os objetivos da expressão poética (criar, recriar e adaptar novos sentidos aos fatos estabelecidos em acordo com interesses e problemas do mundo contemporâneo). Somente assim a historiografia pode ser publicamente relevante, *pois* preparada para as grandes questões existenciais colocadas e atravessadas pelo tempo. Sua entrada na política, como quer Moses, tende a torná-la dogmática, conclui White, ao se aderir, mesmo que “racional-intersubjetivamente”, a questões últimas.

Recebido em: 07/11/2010
Aceito em: 20/12/2010

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANKERSMIT, Frank R. Hayden White's Appeal to the Historians. *History and Theory*. 1998. vol.37, n.2, pp.182-193
- CHARTIER, Roger. "Quatre Questions à Hayden White". *Storia della Storiografia*, vol.24, 1993, p.133-142.
- ."Figuras Retóricas e Representações Históricas", cap.4, p.101-116, in: *À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietude*, trad. Patrícia Chittoni Ramos, Editora da Universidade do Rio Grande do Sul.
- IGGERS, George. "Historiography between Scholarship and Poetry: Reflections on Hayden White's Approach to Historiography". *Rethinking History*. 2000. vol. 4, n. 3, pp.373-390.
- KANSTEINER, Wulf. "Hayden White's Critique of the Writing of History". *History and Theory*, vol.32, n.3, 1993, p.273-295.
- MARVIC, Arthur. "Two Approaches to Historical Study: The Metaphysical (Including "Postmodernism")" and the Historical. *Jornal of Contemporary History*. 1995. vol. 30, n. 5, pp. 5-35.
- MOSES, Dirk. "Hayden White, Traumatism, Nationalism, and the Public Role of History". *History and Theory*. 2005. vol. 44, n. 3, pp 311-331.
- WHITE, Hayden. "An Old Question Raised Again: Is Historiography Art or Science? (Response to Iggers) ". *Rethinking History*. 2000. vol. 4, n. 3, pp 391-406
- WHITE, Hayden. "Response to Arthur Marvick. *Jornal of Contemporary History*. 1995. vol. 30, n. 5, pp. 233-246.
- WHITE, Hayden. "Response to Professor Chartier's Four Questions". *Storia della Storiografia*, vol.27, 1995, p. 63-70.
- WHITE, Hayden. "The Relevance of Historical Studies: a Reply to Dirk Moses". *History and Theory*. 2005. vol. 44, n. 3, pp 333-338.
- VANN, Richard. The Reception of Hayden White. *History and Theory*. 1998. vol.37, n.2, pp. 143-161.